

DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF

Estudo Técnico Preliminar 27/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08059.000728/2026-15

2. Descrição da necessidade

2.1. Os órgãos e entidades da Administração Pública são obrigados, em regra, a realizar licitações para aquisição de bens ou contratações de serviços, por força do mandamento insculpido no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, que estatui: " Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

2.2. Assim, pode-se afirmar que as atividades relacionadas às compras públicas são de suma relevância para o funcionamento da Administração Pública, que depende de bens e serviços de terceiros para executar as missões institucionais. Ocorre que os processos licitatórios devem ser instruídos em obediência a uma série de normas e princípios que demandam constante atualização e aprimoramento dos agentes que laboram na área, com vistas a alcançar os melhores resultados para satisfação do interesse público. Nesse contexto, é imprescindível o treinamento e capacitação desses servidores, que necessitam atuar de maneira eficiente e segura, seguindo os mandamentos constitucionais e legais que regem a matéria. Além da capacitação, também é primordial a troca de experiências e o intercâmbio de informações entre servidores de outros órgãos, auxiliando em situações concretas e na tomada de decisões de casos que são rotineiramente apresentados.

2.3. Merece destaque, ainda, a publicação da Lei nº 14.133/2021, que alterou todo o macroprocesso das licitações públicas, criando novos conceitos e institutos, e aperfeiçoando procedimentos já existentes. Assim, com a publicação da nova lei de licitações e contratos, todos os servidores que trabalham na área necessitam de atualização para o bom emprego da norma. Cabe destacar que a Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos, trouxe algumas inovações acerca da atuação dos agentes públicos envolvidos no processo licitatório, dentre elas a criação do agente de contratação.

2.4. A participação dos servidores no evento de capacitação "**13ª Contratos Week**", promovido pelo **Instituto Negócios Públicos**, no período de **10 a 14 de agosto**, com **carga horária total de 30 horas**, na modalidade **presencial**, mostra-se plenamente **justificada, necessária e alinhada ao interesse público**, conforme fundamentos a seguir expostos.

Natureza e Relevância do Evento:

2.5. O evento está em sua **13ª edição** e é reconhecido como um dos cursos de **maior carga horária e profundidade técnica** sobre **gestão, fiscalização e governança de contratos administrativos**, abordando temas atuais e sensíveis, tais como:

- 2.5.1. Fiscalização contratual e responsabilização do fiscal;
- 2.5.2. Aditivos contratuais e limites legais;
- 2.5.3. Governança, compliance e integridade nas contratações;
- 2.5.4. Planejamento, execução e controle dos contratos;
- 2.5.5. Atuação dos Tribunais de Contas e do controle externo;
- 2.5.6. Aplicação prática da **Lei nº 14.133/2021**;
- 2.5.7. Uso de **inteligência artificial** na fiscalização contratual.

2.6. A programação alia **palestras técnicas e oficinas práticas**, ministradas por **especialistas amplamente reconhecidos**, incluindo membros e ex-membros de Tribunais de Contas, Advocacia-Geral da União, CGU, STJ e docentes com notória atuação na área de contratações públicas.

Alinhamento com as Atividades Desempenhadas

2.7. O conteúdo do evento guarda **aderência direta e imediata** com as atribuições relacionadas à **gestão administrativa, fiscalização e acompanhamento de contratos**, contribuindo para:

2.7.1. A correta aplicação da legislação vigente;

2.7.2. A mitigação de riscos administrativos;

2.7.3. A prevenção de falhas, irregularidades e responsabilizações pessoais;

2.7.4. O fortalecimento da governança e da integridade institucional.

2.8. O conhecimento adquirido será aplicado **de forma prática no cotidiano da unidade**, com potencial de disseminação interna, ampliando os benefícios institucionais da capacitação.

Fundamento Constitucional, Legal e Infralegal

2.9. A capacitação encontra respaldo, especialmente:

2.9.1. No art. 39, § 2º, da Constituição Federal, que impõe à Administração Pública o dever de promover o aperfeiçoamento de seus servidores;

2.9.2. Na Lei nº 8.112/1990, que reconhece o desenvolvimento profissional como elemento essencial à eficiência administrativa;

2.9.3. No Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), estabelecendo que as ações de capacitação devem estar alinhadas às necessidades institucionais e às competências requeridas para o desempenho das funções.

2.10. O evento se enquadra plenamente como **ação de desenvolvimento**, nos termos do referido decreto.

Conformidade com as Orientações do TCU e Órgãos de Controle

2.11. O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado de que a capacitação de servidores na área de contratações públicas é:

2.12. Legítima e necessária, sobretudo diante da complexidade normativa e do elevado risco de responsabilização;

2.13. Instrumento essencial de boa governança, eficiência e prevenção de irregularidades.

2.14. O TCU já destacou, em diversos julgados, que a ausência de capacitação adequada pode comprometer a qualidade da gestão e resultar em falhas graves na execução contratual, ao passo que investimentos em treinamento contribuem para o fortalecimento do controle interno e para a melhoria da atuação administrativa (ex.: Acórdãos TCU nº 2.731/2015 – Plenário e nº 1.192/2019 – Plenário).

2.15. Além disso, a presença de conteúdos relacionados a **controle externo, governança, compliance e integridade** está em consonância com as diretrizes da **CGU e dos Tribunais de Contas**, que recomendam o aperfeiçoamento contínuo dos agentes públicos responsáveis por contratações e contratos administrativos.

Economicidade e Interesse Público

2.16. O investimento realizado contempla:

2.16.1. Capacitação intensiva de **30 horas**;

2.16.2. Material de apoio especializado;

2.16.3. Certificado de conclusão;

2.16.4. Conteúdo atualizado conforme legislação, jurisprudência e entendimentos dos órgãos de controle.

2.17. Os benefícios esperados superam o custo financeiro envolvido, na medida em que contribuem para:

2.17.1. Redução de riscos jurídicos e administrativos;

2.17.2. Melhoria da eficiência na execução contratual;

2.17.3. Prevenção de danos ao erário e responsabilizações futuras.

2.18. Diante do exposto, resta devidamente comprovado que a participação dos servidores na **13ª Contratos Week**:

2.18.1. Está amparada pela Constituição Federal, legislação vigente e PNDP;

2.18.2. Atende às orientações do TCU e demais órgãos de controle;

- 2.18.3. Possui relação direta com as atividades desempenhadas;
- 2.18.4. Atende de forma inequívoca ao interesse público.
- 2.19. Assim, a autorização para participação no referido evento revela-se juridicamente adequada, tecnicamente recomendável e institucionalmente vantajosa.
- 2.20. Nesses termos, o principal objetivo da contratação é promover o aprimoramento profissional dos servidores da instituição, proporcionando a formação, capacitação e atualização dos agentes públicos para bem planejar, contratar e operacionalizar as compras de bens e contratações de serviços no âmbito da Administração Pública Federal.
- 2.21. A estimativa da demanda considera a participação de 06 (seis) servidores, sendo 1 (um) o chefe da Divisão de Administração e Logística da DITEC /PF; 2 (duas) servidoras lotadas na Unidade de Contratos e outros 3 (três) servidores que atuam nas funções de gestores e/ou fiscais de diversos contratos administrativos da DITEC/PF, conforme Termos de Compromisso apresentados no processo nº 08059.000442/2026-30.
- 2.22. **Sob o ponto de vista acadêmico, temos que ação foi aprovada conforme processo nº 08059.000442/2026-30.**

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DILOG/DITEC/PF	EMERSON SANTOS DE LIMA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. A contratada proverá o local para realização do treinamento, em ambiente amplo, limpo e arejado, com espaço suficiente para abrigar todos os participantes, fornecendo materiais de apoio, como lápis, caneta, bloco de anotações e apostila com os temas a serem abordados.
- 4.1.1. Além das instalações físicas e do material, todos os equipamentos e recursos tecnológicos para o bom andamento do treinamento serão custeados pela contratada, que detém expertise para quantificar e qualificar os objetos essenciais ao desenvolvimento das atividades e à interatividade dos participantes, com vistas ao melhor aproveitamento dos temas abordados.
- 4.2. É importante que a programação do evento conte com um corpo de professores palestrantes de renome e experiência na área de compras públicas, de modo que a capacitação agregue conhecimento, análise crítica, sugestões de inovação e preparação do servidor para atuar de forma racional, segura e eficiente.
- 4.3. É imprescindível que a ação de capacitação seja realizada de forma presencial, em ambiente adequado, com disponibilização de todos os materiais, equipamentos e recursos necessários ao aperfeiçoamento profissional.
- 4.4. A escolha pela modalidade presencial se justifica em razão do melhor aproveitamento quando comparado aos eventos realizados de forma online. É evidente que há dificuldades de afastamento das atividades laborais para dedicação exclusiva ao evento.
- 4.4.1. Nesse contexto, as aulas presenciais, com ambiente exclusivo e propício ao treinamento, tendem a ser mais proveitosas aos alunos, já que aumenta o foco no treinamento profissional, facilitando o acesso aos professores e colegas de profissão em dúvidas pontuais que eventualmente podem surgir durante a explanação do tema ou de casos reais que são apresentados.
- 4.5. A troca de experiências também é um fator primordial nos eventos presenciais, que agrega conhecimento e auxilia os participantes em sua atuação diária, já que, em diversos casos, são levantadas questões reais com soluções práticas e inovadoras para a Administração Pública. Assim, pode-se afirmar que o intercâmbio de informações entre os servidores que atuam nas esferas federais, estaduais e distritais é de grande auxílio para a solução de questões que desafiam a criatividade dos agentes, principalmente naquelas em que a lei é silente e não houve uma posição definitiva dos órgãos de controle.
- 4.6. Ao final do seminário deverá ser disponibilizado certificado para todos os participantes que tiveram aproveitamento no curso.
- 4.7. Na mesma esteira, tal capacitação deve estar em consonância com as diretrizes do planejamento estratégico do órgão, e com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas, que estabelece os objetivos institucionais e a indicação das áreas estratégicas de capacitação.
- 4.8. Assim, tendo em vista a gama de informações que nutre o tema, almeja-se que treinamento tenha, no mínimo, 30 (trinta) horas horas-aula de duração, de modo a conseguir abordar as principais temáticas e atualizações sobre a matéria.
- 4.9. Logo, propõe-se a participação no evento pretendido de, no mínimo 6 (seis) servidores efetivos, ocupantes das funções de agentes de contratação, equipe de apoio, fiscais, gestores de contratos e atuantes na área de contratos do quadro da Polícia Federal, sendo assim, aqueles que tratam rotineira e diretamente com os assuntos abordados na ação de capacitação indicada.

4.10. Considerando todas as peculiaridades que envolvem a contratação, exige-se que o fornecedor detenha experiência pretérita na realização de cursos de capacitação com carga-horária similar à pretendida.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Prospectando o mercado, foi encontrado o evento de capacitação denominado **13º Contratos Week - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, promovido pela empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil - Estudos e Pesquisas na Administração Pública LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.498.974/0002-81, a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR, nos dias 10 a 14 de agosto de 2026, com inscrição aberta a quaisquer interessados.

5.2. Informa-se que o evento referido acima se propõe a contribuir com a evolução das competências dos agentes públicos por meio de capacitação e preparação com o mais alto padrão de qualidade, haja vista que estarão presentes grandes doutrinadores do país na área, além da possibilidade de troca de experiências com colegas de profissão de vários Estados da Federação.

5.3. Quanto à singularidade do serviço, parte da doutrina o conceitua como aquele que não pode ser reduzido a padrões objetivos de descrição e julgamento, ou seja, aquele que é impossível de definição, comparação e julgamento por parâmetros ou critérios objetivos, somado a uma complexidade especial, invulgar, extraordinária, sui generis, capaz de exigir um certo grau de confiança no executor, com menor risco possível para a contratação.

5.4. Nesse contexto, o **13º Contratos Week - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, que já está em sua 13ª edição, se configura como serviço singular, abordando temáticas envolvendo conhecimentos cujo objetivo é capacitar agentes públicos que atuam na gestão e na fiscalização dos contratos administrativos. Durante o evento, especialistas abordam as principais questões da área, sempre considerando atualizações normativas, entendimentos consolidados pelos órgãos de controle e a repercussão prática no dia a dia do agente público.

5.5. Formado por palestras com abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação.

5.6. A logística física e operacional também caracteriza a singularidade do serviço, tendo em vista que a contratada necessita dispor de vários espaços fechados para acomodação do pessoal com toda estrutura e aparato tecnológico para o bom andamento do evento, somado à necessidade de contar com colaboradores aptos a prestar todo o apoio necessário aos participantes.

5.7. Outro ponto que merece destaque são os palestrantes e professores escolhidos pela instituição para ministrarem os conteúdos propostos. Conforme descritivo de divulgação, o evento contará com a participação de renomados doutrinadores e professores.

5.8. Assim, não há dúvidas de que o serviço de capacitação pretendido guarda o quesito da singularidade, seja pelo programa proposto, pelos palestrantes e professores escolhidos, e pela complexidade na organização e dinâmica de execução, exigindo um grau de confiança subjetivo por parte da Administração, que são resultados de experiências pretéritas e de avaliação de outros entes públicos.

5.9. Por fim, quanto à notória especialização, não se pode negar que o Instituto Negócios públicos se destaca no segmento de orientação, capacitação e treinamento de agentes públicos com uma diversidade de produtos e serviços específicos, especialmente voltados para áreas das compras públicas, além de contar com uma experiência de mais de 20 anos na realização de diversos eventos de capacitação, sendo agente multiplicador de conhecimentos, por meio de cursos, encontros e congressos, tendo como diferencial a excelência na qualidade de sua equipe de professores, atendimento e logística, com o objetivo de transmitir aos participantes as mais recentes atualizações legislativas e jurisprudenciais no âmbito dos processos licitatórios e na execução contratual.

5.10. Considera-se, salvo melhor juízo, que a presente contratação poderá ser formalizada por meio de inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021, posto que o referido Evento se caracteriza como um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, sendo que tanto a empresa promotora do evento quanto os profissionais contratados detêm notória especialização sobre os temas propostos.

5.11. Por todo o exposto, justifica-se a escolha do evento pela temática a ser abordada, que abrange conhecimentos necessários para melhoria na performance da gestão e fiscalização dos contratos administrativos. Por outro lado, a escolha da instituição se deve à experiência na realização de grandes eventos e na maestria como organiza e conduz as capacitações, proporcionado aos alunos as melhores condições e ferramentas para o aperfeiçoamento profissional.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução que se pretende contratar é a capacitação de servidores que atuam diretamente na área de compras públicas desde o planejamento até a execução contratual.

6.2. Por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual com empresa de notória especialização para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, entende-se que poderá ser contratado mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.3. Os serviços possuem natureza não continuada, definido pelo artigo 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017. Assim, por se tratar de evento de capacitação, a ser realizado em um período pré-determinado, não há que se falar em demanda continuada que se prolonga além do período informado, estando adstrita ao cumprimento das obrigações estabelecidas para as partes.

6.4. Além disso, a experiência nas contratações anteriores em eventos de capacitação permite dispensar a formalização de instrumento contratual, possibilitando a substituição do instrumento por Nota de Empenho, cuja obrigação se encerra com a execução e aceite pela Administração Pública, sem riscos para defeitos ou vícios detectados após a execução dos serviços.

6.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O cenário ideal para capacitação de pessoal seria a participação de todos os servidores da unidade que trabalham diretamente com as compras públicas, desde o planejamento até a execução das contratações, em um evento de abrangência nacional, como o evento requerido. Contudo, considerando a restrição orçamentária, as especificidades e as rotinas de cada área, é inviável a participação de todos os servidores envolvidos nas contratações no âmbito desta Diretoria Técnico-Científica. Além disso, o conhecimento adquirido pelos servidores que serão capacitados será desenvolvido e compartilhado no ambiente de trabalho, como já é feito atualmente.

7.2. Dessa forma e considerando esse fato, propõe-se a participação no mencionado evento de 6 (seis) servidores efetivos, ocupantes das funções de agentes da contratação, fiscais, gestores de contratos e responsáveis no setor de contratos do quadro da Polícia Federal, sendo assim, aqueles que tratam rotineira e diretamente com os assuntos abordados na ação de capacitação indicada.

7.3. A participação desses servidores da Polícia Federal que atuam nas áreas atinentes faz-se necessária para permitir melhoria na eficiência das contratações da unidade.

7.4. Nesses termos, malgrado o número não seja suficiente para a capacitação de todo o pessoal, aqueles que tiverem a oportunidade de se capacitar poderão atuar como multiplicadores do conhecimento, com vistas à padronização, uniformização e melhoria dos procedimentos licitatórios no âmbito do órgão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 35.454,55

8.1. O preço ofertado para o evento no descritivo de divulgação é de R\$ 7.330,00 (sete mil trezentos e trinta reais) por participante, porém, foi realizada negociação com a empresa promotora e obtido o desconto máximo permitido, chegando ao valor negociado para os servidores da Diretoria Técnico-Científica em R\$ 5.909,09 (cinco mil e quinhentos reais).

8.2. Nesses termos, considerando a proposição de participação para 6 (seis) servidores, o custo total com a capacitação será de R\$ 35.454,55 (trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco), o que representa uma economia de aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento) em relação ao preço inicial.

8.3. Para analisar a vantajosidade na contratação, foi realizada consulta ao Portal Nacional de Compras Públicas Painel de Preços para verificar os preços praticados pela instituição para outros órgãos da Administração Pública, conforme recomendado no art. 5º, inciso I, da IN SEGES /ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

8.4. No mesmo sentido é o teor da Orientação Normativa nº 17 da Advocacia-Geral da União:

“A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e /ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.”

8.5. Conforme Mapa Comparativo de Preços anexados aos autos foi possível verificar que o valor proposto está inferior à média praticada para outros Órgãos, demonstrando que a contratação é vantajosa para a Administração.

8.6. Por todo o exposto e considerando os preços praticados e propostos, afirma-se que a contratação é vantajosa para a Administração Pública e atende o interesse na capacitação de pessoal.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Por se tratar de evento de capacitação, singular, e que agrega um grau de confiança no executor, não há que se falar em parcelamento ou divisibilidade do objeto. Nota-se que objeto da contratação é a participação de servidores em evento de capacitação aberto a quaisquer interessados, de acordo com o conteúdo e dinâmica estabelecidos pela contratada, sem qualquer ingerência da contratante.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os serviços pretendidos não geram obrigações correlatas e ou interdependentes, exaurindo os efeitos a partir do cumprimento das obrigações entre as partes contratantes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Considerando o Mapa Estratégico da Polícia Federal, os objetivos estratégicos e as ações estratégicas, o plano estratégico, o detalhamento dos indicadores estratégicos e a descrição detalhada dos objetivos estratégicos e das ações estratégicas, destacando, entre outros, a valorização dos servidores como objetivo estratégico, tendo como ação estratégica a gestão por competência, diante da qual serão fornecidos treinamento e capacitação adequados.

11.2. Considerando ainda, a Política de Desenvolvimento de Pessoal da Polícia Federal, instituída pela Portaria nº 6194-DG/DPF, de 16 de março de 2016, que prevê, em seu artigo 2º:

“Art. 2º: São finalidades da Política de Desenvolvimento da Polícia Federal:

I – Melhorar a qualidade, a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Federal;

II – desenvolver as competências individuais em função dos objetivos da instituição”;

11.3. Assim, observa-se a relação entre o evento pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de capacitar os servidores, principalmente porque os agentes públicos alvo do evento atuam diretamente com recursos públicos, sendo um dos fatores críticos de sucesso da instituição a constante atualização e aprimoramentos imprescindíveis ao desenvolvimento de suas atividades.

11.4. Por sua vez, ressalte-se que a contratação em epígrafe está prevista no Plano Anual de Contratações e foi devidamente autorizado pelo Comitê Gestor de Capacitação da Polícia Federal, conforme processo nº 08059.000442/2026-30.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os profissionais que trabalham com compras públicas lidam diretamente com recursos públicos. É um trabalho de extrema responsabilidade, que demanda conhecimento e qualificação para realizar e fiscalizar as contratações da Administração Pública.

12.2. Nesses termos, com conhecimento e experiência, os profissionais responsáveis pelas contratações e fiscalização conseguirão aplicar a legislação de forma prática, resguardando o interesse público e primando pelo melhor aproveitamento dos recursos públicos e pela concretização dos programas de governo.

12.3. O evento a ser contratado fornece, em parte, o conhecimento e a atualização necessária para uma atuação probo dos responsáveis pelas contratações públicas, ou seja, permite aos agentes públicos atuar com o respaldo da legislação e das recomendações de órgãos de controle, respeitando os ditames legais e os princípios norteadores das licitações.

12.4. De acordo com o programa do evento todas as palestras e oficinas irão apresentar abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação.

12.5. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita capacitar seus servidores, com vistas a atuarem de forma eficiente, efetiva e eficaz na condução dos certames licitatórios promovidos pela instituição, alcançando resultados satisfatórios através da aquisição de materiais ou contratação de obras e serviços que realmente sejam úteis ao cumprimento da missão do órgão, pelo melhor preço possível.

12.6. Por todo o exposto, o principal resultado pretendido com a contratação é a capacitação necessária à aplicação racional dos recursos públicos, objetivando à promoção do interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Conforme esclarecido acima, a experiência em contratações anteriores de eventos de capacitação permite dispensar a formalização do instrumento contratual e substituí-lo pela nota de empenho, já que, após a execução dos serviços e pagamento pela administração, não remanescem riscos futuros para as partes, conforme permissivo do artigo 95, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Nesses termos, considerando que toda a programação e logística são de responsabilidade da contratada, as providências a serem adotadas pela Administração Pública consiste na formalização da contratação, na indicação prévia dos servidores a serem capacitados e na emissão de diárias e passagens para oportunizar a participação.

13.3. Por sua vez, tendo em vista que o evento ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR, em local disponibilizado pelo fornecedor, não existe qualquer necessidade de adequação ao ambiente do órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando que a contratação envolve a prestação de serviço técnico de capacitação e aperfeiçoamento profissional, eminentemente intelectual, salvo melhor juízo, não há impactos ambientais relevantes a demandar tratamento específico.

14.2. No entanto, espera-se que a contratada faça a devida destinação das embalagens que envolve os materiais, equipamentos e demais instrumentos acessórios essenciais à prestação dos serviços.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para atualização e preparo dos servidores responsáveis pelas contratações públicas, especialmente para economia de recursos públicos e para atuação escorreita dos envolvidos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAMILA RAMOS CABRAL

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 15:23:58.

PEDRO IVO RODRIGUES ALVARENGA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 05/06/2026 às 07:27:06.

HENRIQUE SANTANA DA COSTA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 16:49:52.

EMERSON SANTOS DE LIMA

Responsável pela demanda



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 17:27:18.